

DEPARTAMENTO DE DIREITO E DE ESTUDOS INTERNACIONAIS

CURSO DE MESTRADO EM DIREITO PÚBLICO

PRAIA, 2014

ÍNDICE

1. Enquadramento.....	3
2. Objetivos.....	3
3. Condições de Acesso.....	3
4. Número máximo de alunos.....	4
5. Saídas Profissionais.....	4
6. Organização curricular.....	4
7. Justificação da organização curricular.....	5
8. Quadro sinóptico das disciplinas.....	6
9. Regimes de avaliação	6
10. Sinopses de cada disciplina.....	7

1. ENQUADRAMENTO

A demanda de uma sociedade contemporânea cada vez mais exigente e, por vezes, carente de profissionais especializados nos mais diversos ramos do Direito, com competência avançada nesta área do saber e suportada por uma investigação científica sólida, determina a responsabilização das instituições pelo sucessivo e progressivo enriquecimento e valorização dos conhecimentos adquiridos pelos licenciados.

Com o objetivo de proporcionar o aprofundamento na formação científica, promover a investigação científica e o desenvolvimento de capacidade de pesquisa e de trabalhos autónomos, o Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais (ISCJS), na linha da sua política de formação superior, pautada pelos critérios de rigor, excelência e qualidade, pretende organizar um Curso de Mestrado em Direito Público.

O ciclo de estudos conducente ao grau de Mestre em Direito cobre as grandes áreas de estudo do Direito Público, com planos de estudos preparados de acordo com os mais altos padrões de qualidade e rigor, permitindo uma especialização adequada aos objetivos dos interessados.

Assim, paralelamente à Licenciatura em Direito, o ISCJS pretende lançar um novo ciclo de formação em Direito, oferecendo o Curso de Mestrado em Direito Público.

2. OBJETIVOS

O curso de Mestrado em Direito Público tem os seguintes objetivos:

- Promover a investigação científica;
- Aprofundar a formação científica na área do Direito Público;
- Desenvolver a capacidade de pesquisa e de trabalhos autónomos;
- Desenvolver a capacidade de conceber e realizar uma dissertação de Mestrado;
- Orientar e acompanhar os alunos na utilização das metodologias de investigação e das tecnologias de informação, tendo em conta os projectos de investigação.

3. CONDIÇÕES DE ACESSO

Pode candidatar-se à matrícula no curso os licenciados em Direito com classificação final mínima de 14 valores ou titulares de habilitação equivalente; por decisão do Conselho Científico da Faculdade, outros candidatos cujo currículo demonstre uma adequada preparação científica de base, embora a classificação da licenciatura seja inferior a 14 valores.

4. NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS

Para efeitos de funcionamento do Curso de Mestrado em Direito Público, estipula-se um número máximo de trinta alunos por ano letivo.

5. SAÍDAS PROFISSIONAIS

O grau de Mestre dá acesso aos concursos de recrutamento de Docentes Universitários e permite o acesso ao curso de Doutoramento.

Pode permitir, eventualmente, a dispensa de provas complementares, para a obtenção do grau de Doutor.

O grau de mestre atualmente afigura-se requisito necessário, em alguns países, para o acesso a algumas profissões jurídicas.

6. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O mestrado científico visa primordialmente a investigação na Ciência do Direito e o desenvolvimento, pelos mestrandos, de capacidade de pesquisa e de trabalho autónomos, pelo que o Curso terá a duração de 190 horas de contato, incluindo aulas teórico-práticas adequadas à natureza de cada matéria, seminários, conferências, colóquios e atendimentos individuais.

Para atingir os objetivos propostos, o Curso será estruturado e organizado da seguinte forma:

Créditos por Áreas Científicas

Áreas Científicas	Sigla	Créditos Obrigatórios
Propedêutica	P	6
Teoria Geral do Direito	TGD	9
Direito Público	DP	36
Ciências Criminais	CC	9
Ciências Jurídicas	CJ	60
Total		120

Créditos e Horas das Unidades Curriculares

MESTRADO EM DIREITO PÚBLICO												TOTAL CREDITOS	120 UC	Horas Totais
Unidades Curriculares	Áreas Científicas	Tipo	Nº de Semestre	Total	Horas Contato		Horas de Trabalho Autónomo					Créditos		
					CH	Tipo	TQ	S	AE	O	A			
Metodologia da Investigação Científica	P	S	1	100 H	10 H	TP	30 H	15 H	15 H	25 H	5 H	6 UC	100 H	
Teoria da Justiça e Filosofia do Direito	TGD	S	1	180 H	30 H	TP	50 H	38 H	15 H	42 H	5 H	9 UC	180 H	
Direito Constitucional	DP	S	1	180 H	30 H	TP	50 H	38 H	15 H	42 H	5 H	9 UC	180 H	
Direito Administrativo	DP	S	1	180 H	30 H	TP	50 H	38 H	15 H	42 H	5 H	9 UC	180 H	
Direito Internacional Público	DP	S	2	180 H	30 H	TP	50 H	38 H	15 H	42 H	5 H	9 UC	180 H	
Direito Fiscal	DP	S	2	180 H	30 H	TP	50 H	38 H	15 H	42 H	5 H	9 UC	180 H	
Direito Penal	CC	S	2	180 H	30 H	TP	50 H	38 H	15 H	42 H	5 H	9 UC	180 H	
Dissertação de Mestrado	CJ	S	3	840 H		TP	825 H		15 H			30 UC	840 H	
Dissertação de Mestrado	CJ	S	4	840 H		TP	825 H		15 H			30 UC	840 H	

7. JUSTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Sendo pensado e organizado no sentido de conferir capacidades críticas, analíticas, bem como de reforçar a investigação científica no vasto campo do Direito Público, visando também responder às necessidades do mercado, o curso de Mestrado em Direito Público terá uma estrutura curricular de quatro semestres letivos.

Antes do início do primeiro semestre, ainda numa fase preparatória, será ministrada uma disciplina propedêutica, Metodologia da Investigação Científica, com vista a fornecer aos alunos as ferramentas metodológicas fundamentais para a produção do conhecimento científico no quadro das ciências humanas e sociais, com ênfase na área jurídica.

Os dois primeiros semestres serão compostos por um curso de especialização (fase escolar), que integrará seis disciplinas semestrais (três em cada semestre) nucleares do Direito Público. As disciplinas serão lecionadas de forma intensiva, em módulos de uma semana a três semanas. Para cada disciplina haverá dois módulos, sendo o primeiro destinado a exposição de matéria pelo regente e o segundo à apresentação e discussão, em seminário, de relatórios pelos alunos.

Paralelamente, de acordo com as necessidades de organização do Curso, podem ser promovidos, conferências, abertos também a participantes não inscritos no Curso.

A elaboração dos relatórios terá o acompanhamento frequente dos docentes do ISCJS, que disponibilizarão a cada mestrando horários de atendimento individuais quinzenais.

Os dois últimos semestres serão dedicados à investigação e elaboração de uma dissertação (fase da dissertação).

A fase escolar, em sede das quais os alunos procederão à elaboração e discussão, em seminários, de relatórios sobre temas específicos das grandes áreas de estudo do Direito Público, e a elaboração da dissertação final de mestrado, sob a orientação de um Docente, permitirão aos alunos não só aprofundar a sua formação científica, como também desenvolver a sua capacidade de investigação e de realização de trabalhos autónomos.

8. QUADRO SINÓPTICO DAS DISCIPLINAS

- 8.1. Metodologia da Investigação Científica
- 8.2. Teoria da justiça e Filosofia do Direito
- 8.3. Direito Constitucional
- 8.4. Direito Administrativo
- 8.5. Direito Internacional Público
- 8.6. Direito Fiscal
- 8.7. Direito Penal

9. REGIMES DE AVALIAÇÃO

A avaliação das disciplinas semestrais que compõem a fase escolar do Curso assenta essencialmente em exposições orais e relatórios escritos.

A conclusão da parte escolar do Curso concede ao aluno a possibilidade de preparar, sob a orientação de um Professor Doutor/Mestre em Direito do ISCJS uma dissertação sobre um tema proposto pelo aluno e aprovado pelo Conselho Científico do ISCJS. É realizada uma discussão pública da dissertação com um júri nomeado pelo ISCJS, que pode integrar membros de outras instituições académicas, nacionais e estrangeiras. O júri avalia a dissertação e a prova, atribuindo a classificação final do mestrando nesse Curso.

10. SINOPSES DE CADA DISCIPLINA

10.1. Metodologia da Investigação Científica

Sinopse

O significado do conhecimento científico e os grandes debates epistemológicos que o tem perpassado nas épocas moderna e contemporânea. As singularidades e a complexidade da produção científica nas áreas das Ciências Humanas e Sociais. As principais etapas do trabalho científico: A escolha do tema e a formulação de um problema de pesquisa; A estrutura de um trabalho científico e a elaboração de projectos de pesquisa, dissertações e teses; As técnicas de pesquisa usuais nas áreas sociais e humanas, com enfoque nas ciências jurídicas; As regras e normas usuais relativas à apresentação de um trabalho científico, com enfoque nas ciências jurídicas.

10.2. Teoria da Justiça e Filosofia do Direito

Sinopse

Teoria da Justiça: Perspectivas teóricas clássicas: anarquismo, utilitarismo, liberalismo, socialismo; marxismo, comunitarismo; Perspectivas teóricas contemporâneas: A perspectiva liberal-igualitária sobre a justiça distributiva (John Rawls e outros teóricos políticos liberal-igualitários) e os seus críticos (Ronald Dworkin, G.A. Cohen, Amartya Sen); A perspectiva comunitarista (Michael Walzer); Cosmopolitismo; Principais correntes alternativas e/ou perspectivas críticas: fundamentalismos; interculturalidade; feminismo; ecologia; pós-colonialismos. **Filosofia do direito:** A justiça (o jus naturalismo); O dever ser (positivismo); As questões jurídicas históricas (normativismo); os factos jurídicos (sociologia); Discussão selectiva de problemas jurídico-político e institucionais da realidade cabo-verdiana.

10.3. Direito Constitucional

Sinopse

Fundamentos do Direito Constitucional; Princípios Constitucionais Estruturantes na Constituição Cabo-verdiana de 1992; Sistema Cabo-verdiano de Direitos Fundamentais; Ordem Económica e Financeira na Constituição Cabo-verdiana de 1992; Organização do Estado de Cabo Verde; Defesa da Constituição na CRCV; Fiscalização da Constitucionalidade; Revisão da Constituição; Tópicos Especiais de Direito Constitucional (definido anualmente pelo regente da disciplina).

10.4. Direito Administrativo

Sinopse

Sistemas Administrativos; Convergência dos Sistemas Administrativos; Direito Administrativo Europeu; Direito Administrativo Global; Organização Administrativa; O Procedimento Administrativo; As Normas Administrativas; O Acto Administrativo: Problemas e Desafios no Início do Século XXI; O Contrato Público; Domínio Público e Domínio Privado; Responsabilidade Civil da Administração; Justiça Administrativa.

10.5. Direito Internacional Público

Sinopse

Fontes do Direito Internacional; Sujeitos de Direito Internacional; Responsabilidade Internacional por Facto Ilícito; Meios de Solução de Controvérsias no Direito Internacional; Direito Internacional e Direito Interno Cabo-Verdiano; Tópicos Especiais de Direito Internacional Público (definido anualmente pelo regente da disciplina).

10.6. Direito Fiscal

Sinopse

Impostos, Taxas e Contribuições; Direito Constitucional Fiscal: Princípios da Legalidade, Segurança Jurídica (Retroactividade) e Igualdade Fiscal; Interpretação e Aplicação das Normas Tributárias; Relação Jurídico-Tributária; Impostos em Especial: IVA, IUR e IUP; Direito Fiscal Internacional; Procedimento Tributário; Processo Tributário.

10.7. Direito Penal

Sinopse

Legitimidade do Direito Penal; Direito Constitucional Penal; Criação e Aplicação da Lei Penal; Teoria Geral do Crime; Teoria da Pena; Crimes Internacionais Tópicos Especiais de Direito Penal (definido anualmente pelo regente da disciplina).